CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

CECI

UMA NATUREZA E QUATRO LUGARES: PAISAGENS CULTURAIS DO SERTÃO DE ALAGOAS

Ana Rita Sá Carneiro, Rosane Piccolo, Sílvio Mendes Zancheti, Virgínia Pontual

Volume 42

2009

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

TEXTO PARA DISCUSSÃO V. 42

SÉRIE 3 – IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

UMA NATUREZA E QUATRO LUGARES: PAISAGENS CULTURAIS DO SERTÃO DE ALAGOAS

Ana Rita Sá Carneiro, Rosane Piccolo, Sílvio Mendes Zancheti, Virgínia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda, Maio de 2009

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão
O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria
Fernando Diniz Moreira, Diretor Geral
Juliana Barreto
Raquel Bertuzzi

Conselho de administração
Virgínia Pitta Pontual, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Ana Rita Sá Carneiro
Silvio Mendes Zancheti
Roberto Antonio Dantas de Araújo

Suplentes
Eveline Labanca
André Renato Pina Moreira
Rosane Piccolo Loretto

Conselho fiscal
Vera Milet Pinheiro, Presidente
Fátima Furtado
Norma Lacerda

Suplentes
Barbara Cortizo de Aguiar
Vânia Cavalcanti

Texto para Discussão
Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana
Natália Vieira

Gestão de Restauro
Mônica Harchambois

Identificação do Patrimônio Cultural
Rosane Piccolo Loretto

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
Rua Sete de Setembro, 80
53020-130, Olinda, PE, Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429 1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

Ficha bibliográfica

Autores: Ana Rita Sá Carneiro, Rosane Piccolo, Sílvio Mendes Zancheti, Virgínia Pontual

Título: UMA NATUREZA E QUATRO LUGARES: PAISAGENS CULTURAIS DO SERTÃO DE ALAGOAS

Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série 3: Identificação do Patrimônio Cultural

Local e ano de publicação: Olinda, 2009

ISSN: 1980-8267

UMA NATUREZA E QUATRO LUGARES: PAISAGENS CULTURAIS DO SERTÃO DE ALAGOAS

Ana Rita Sá Carneiro♠ , Rosane Piccolo ♥, Sílvio Mendes Zancheti♣, Virgínia Pontual♦

Resumo

Este artigo explora as dimensões histórica, morfológica e estética que definem e caracterizam a porção oeste da região do Rio São Francisco no Nordeste, como uma paisagem cultural, visando promover a identificação e restabelecimento de sua memória. Para tanto, são apresentados fatos que concorreram para a transformação desta paisagem do sertão alagoano: a construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, da Usina Hidrelétrica de Angiquinho e do núcleo operário da fábrica Estrela em Pedra, hoje Delmiro Gouveia, e a formação urbana da cidade de Água Branca. A narrativa desenvolvida busca mostrar a natureza destes quatro fatos como elemento constante e articulador dos distintos processos históricos que culminaram nesta paisagem singular no Brasil.

Palavras chave: Paisagem Cultural, Sertão Nordestino, Natureza

Introdução

A identificação e memória da paisagem cultural da região da porção oeste do Rio São Francisco, estão suportadas nas fontes documentais históricas. A identificação do bem cultural significa reconhecer as dimensões históricas, morfológicas e estéticas que o definem e caracterizam, assim como construir uma narrativa que reponha os elementos esquecidos do lugar.

O conhecimento do acervo documental histórico, as fotos atuais, as visitas *in situ* e as entrevistas, nortearam a apreensão das principais temáticas componentes da justificativa sobre a importância dos bens culturais e o recorte temporal estabelecido, do século XVIII ao início do XX. Esse recorte é substanciado nos fatos que promoveram transformações na natureza: a construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, da Usina

♠ PhD, Professora da Graduação, Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Coordenadora do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/ UFPE; Membro do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI

anaritacarneiro@hotmail.com

♥ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos da Conservação Integrada - CECI

rosanepiccolo@yahoo.com.br

♣ Doutor, Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e Presidente do Conselho Administrativo do Centro de Estudos da Conservação Integrada - CECI

smz@ceci-br.org

♦ Doutora, Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, bolsista do CNPq em história da cidade e do urbanismo; Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI.

vp@elogica.com.br

Hidrelétrica de Angiquinho, com o núcleo operário da fábrica Estrela em Pedra e a formação urbana da cidade de Água Branca (Mapa 1).

Mapa 1: Rio São Francisco no Sertão nordestino
Fonte: Rei, 2004

Tais fatos constituem-se em uma narrativa que tem a natureza como elemento permanente e unificador de distintos processos históricos. Os fatos locais que marcam as transformações estão associados às estratégias de ocupação do país, através do sistema de transporte ferroviário e da industrialização, que teve como uma exigência, a produção de energia elétrica.

A Paisagem do Sertão

A paisagem do Sertão associa formas bastante distintas da natureza. Nas terras dessa região de clima seco e solo pedregoso, a vegetação da caatinga estende-se mais constantemente como uma ramagem espinhosa, e, ocasionalmente, como um tapete verde e viçoso, no pensamento de Euclides da Cunha (1957), autor da obra-prima "Os Sertões". As águas do Rio São Francisco e seus muros de pedra ilustram outros cenários, além das matas e serras em outras paragens.

Uma morfologia da paisagem que é rica em diversidade e complexidade. Constituída de elementos formalmente duros, mas entrelaçada em relações de complementaridade na função de manutenção de um sistema, essa paisagem tem sua beleza de composição apesar de um traço melancólico (Cunha, 1957: 13). A especificidade dos componentes configura, assim, um caráter da paisagem formado a partir de contrastes que começam com o próprio nome "Sertão", que tem origem latina no verbo *ser/sero* e que quer dizer ligar, juntar, encadear (Barbosa e Ferraz, 2005: 41).

A diversidade de paisagens nas diferentes áreas naturais do Nordeste, segundo Vasconcelos Sobrinho (1970: 9), depende de fatores primários, secundários e recentes. Os fatores primários são os geológicos; os secundários são os ecológicos ou referentes ao revestimento vegetal e à fauna, e os recentes resultam da ação do homem abrangendo os agrícolas, os sociais e os econômicos, alterando a fisionomia natural.

No Sertão alagoano, existem como recortes dessas diferentes paisagens de caráter natural: a paisagem do rio São Francisco, com a cachoeira de Paulo Afonso e os paredões de rochas, a paisagem da caatinga e das serras e matas. Na Cachoeira de Paulo Afonso surge a Usina de Angiquinho, inserida na cidade de Delmiro Gouveia; nas serras e matas serranas estão assentadas as cidades de Água Branca, sendo presente a vegetação da caatinga em toda a extensão que une esses quatro lugares.

A paisagem do rio São Francisco é contínua. O rio é uma grande linha de força na paisagem com suas cachoeiras, dentre as quais a de Paulo Afonso é marcada pela grandeza e magnitude. Seu leito conta a história de uma rica vida cultural de antigos territórios indígenas que deixaram exemplares de arte rupestre. Posteriormente, na sua função de eixo de desenvolvimento, proporcionou a formação de paisagens urbanas que perpetuaram na arquitetura as diferenças verificadas na natureza.

O Rio São Francisco exerceu a função de estrada hídrica de penetração dos primeiros desbravadores no interior, à procura do ouro e pedras preciosas (Lindoso, 2000 e Vasconcelos Sobrinho, 1970). Mas, dada a inexistência das minas e a impossibilidade para a agricultura, instala-se a pecuária e com ela os currais, aparecendo assim as cercas, um traço ecológico na paisagem.

Outros gestos humanos transformaram a natureza do rio, entre eles a Usina de Angiquinho e as pontes. Nessas construções antigas, percebe-se a combinação da ação humana com a natureza, uma paisagem cultural. Com a Usina de Angiquinho, desenha-se a conquista do homem frente ao desafio do aproveitamento dos recursos naturais em busca da urbanidade. Como uma pedra que salta das pedras do *canyon*, ergue-se a usina que marcou a figura de Delmiro Gouveia.

Um outro recorte é a paisagem da caatinga, principal ecossistema na Região Nordeste, formada de árvores de folhas miúdas e das decorativas cactáceas que fazem parte do bioma Caatinga, e corresponde a 6,83% do território nacional. É um bioma único, pois, apesar de estar localizado em área de clima semi-árido, apresenta grande variedade de paisagens de riqueza biológica. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios e deixa a vegetação sem folhas.

A paisagem da caatinga é cálida e espinhosa, dominada por tipos de vegetação seca, com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio, entremeadas de outras espécies, como as cactáceas e as bromeliáceas. No conjunto estão: a baraúna, oiticica, catingueira, tamburim, angico, ingazeira, umbuzeiro, jurema, e cactáceas: mandacaru, xique-xique, facheiro, quipá e a coroa de frade.

Finalmente, as matas serranas que revestem as chapadas são oásis verdes no deserto da caatinga e constituem mais uma expressão da paisagem do Sertão. Apesar de apresentar aspecto distinto da caatinga quanto à forma e porte das árvores, dimensão e densidade das folhagens, e não podendo isolar-se, como afirma Euclides da Cunha, esse tipo de vegetação congrega-se à da caatinga, *"transmudando-se em plantas sociais"* (Cunha, 1957: 38). Árvores frutíferas estão presentes, viçosas por entre as serras, proporcionando alimento e áreas de sombra saudáveis. E nos arredores encontram-se as fontes de água que deram origem ao nome de Água Branca.

Os traços da paisagem do Sertão formam uma paisagem de contrastes e surpresas, guardando raízes poéticas que poucos conseguem enxergar. Guimarães Rosa (1963: 271) sintetiza: "Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo."

1. A Natureza Excêntrica e de Magnitude

Escrever sobre o Sertão das Alagoas, especialmente a região da porção oeste do baixo São Francisco, é falar do rio São Francisco, das serras e da caatinga. As notícias sobre a excentricidade na natureza da região do São Francisco devem ter-se disseminado alhures, fazendo com que o pintor Franz Post tenha retratado o rio e a Cachoeira de Paulo Afonso. O contraste do céu azul com o cinza das pedras, o verde musgo da vegetação e o branco da água, representado com magnitude e pujança por Post (Imagem 1), conferem à natureza uma expressividade selvagem e uma aura de infinita primitividade.

Imagem 1: Cachoeira de Paulo Afonso por Franz Post
Fonte: Revista Continente, 2003

Tais representações estão ainda presentes nos oitocentos, então, pelos fotógrafos estrangeiros, que procuraram registrar essa natureza selvagem e excêntrica. A primazia dessas representações coube ao fotografo alemão Augusto Sthal, em 1860. O século XIX contém significativas representações da região do Baixo São Francisco, onde enquanto as primeiras aludem aos artistas, as últimas dizem da representação do saber e do poder.

A do saber está contida nos relatos de viagens e técnicos do médico e botânico George Gardner, do engenheiro Henrique Halfeld, do médico alemão Robert Avé-Lallemant e do engenheiro Euclides da Cunha. O espírito de aventura e inquietação científica é presente nos relatos, porém, a preocupação maior de Gardner foi com a possibilidade do estabelecimento da navegação a vapor entre a costa e as províncias centrais do Brasil pelo rio São Francisco.

O "*Atlas e relatório, concernente à exploração do rio São Francisco: desde a Cachoeira da Pirapóra, até ao Oceano Atlântico*", de Henrique Halfeld é, sem dúvida, um dos estudos mais precisos até então realizados. O engenheiro percorre a mando de D. Pedro II, o Rio São Francisco, entre 1852 e 1854, elaborando um levantamento geológico, geomorfológico e hidrográfico, com o objetivo de avaliar suas potencialidades hidrelétricas.

O desenho e as palavras de Halfeld (1960) são até hoje uma das melhores representações da natureza dessa região. Para expressar a magnitude da natureza, estão mensuradas as alturas das quedas d'água, mas principalmente estão forjadas expressões de encanto. As serras são, também, um componente marcante da natureza presente na região, com destaque para as do Umbuzeiro, do Retiro, do Riacho, Branca, de São Domingos, dos Algodões, da Arara, da Barriguda, além do *canyon* que se inicia nas corredeiras de Itaparica até a cachoeira de Paulo Afonso.

Em 1858, Avé-Lallemant descreve minuciosamente essa região em seu relato de reconhecimento do norte do Brasil. A natureza, moldando suas expressões físico-territoriais, é a tônica da narrativa nem sempre indulgente com a região e o elemento humano que a habita.

É provável que, após esses relatos, tenha sido preparada e realizada a viagem de D. Pedro II pelo norte do Brasil, em 1859, para que o mesmo conhecesse *in loco* a magnitude da natureza existente. O seu diário de viagem relata a região do baixo São Francisco com pouco entusiasmo, principalmente por causa do calor, escassez e qualidade da água, porém, complementa a descrição da natureza evocando os elementos aquáticos.

> È belíssimo o ponto de que se descobrem 7 cachoeiras que se reúnem na grande que não se pode descobrir daí, e algumas grandes fervendo a água em caixão de encontro à montanha que parece querer subir por ela acima; o arco-íris produzido pela poeira de água completava esta cena majestosa. (D. Pedro II, 1959: 119-126)

Reconhecer essa natureza singular, onde se conjuminam a rigidez do solo seco e rochoso, a fauna a flora escassa e rala com o movimento vigoroso das águas, foi também um fascínio para Euclides da Cunha (1957), ao fim do século XIX. Suas observações sobre o sertão, do sertanejo e da campanha de Canudos estão registradas em *Os Sertões*. Entretanto, cabe destacar a narrativa sobre o conflito de Canudos, por ser emblemática para a compreensão desta vivência humana. Os grupos de cangaceiros, como de Lampião, podem ser vistos como uma reação ao atraso, semi-escravidão e opressão ao sertanejo, marcando uma singularidade na associação dos fatos de natureza excêntrica à formação da nação.

Nas últimas décadas do século XIX, as questões nacionais relativas ao estabelecimento de meios de comunicação e de produção de energia elétrica já tinham se firmado tecnicamente. Assim, as representações do saber e do poder continuam atribuindo temas à natureza excêntrica e a magnitude da região, porém passam a dar destaque a dois fatos que mudaram essa natureza: a construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso e a exploração do potencial energético das cachoeiras. Desse modo, a representação da natureza excêntrica e de magnitude sofre transformações com as grandes obras de engenharia, passando a ser associada ao suporte de empreendimentos públicos e, privados, e à formação da unidade nacional, por meio da implantação do transporte ferroviário e da utilização da energia elétrica. É a natureza dominada pelo conhecimento do homem.

A Construção da Estrada de Ferro de Paulo Afonso e da Usina Hidrelétrica de Angiquinho

A integração nacional, o transporte ferroviário e a produção de energia compunham então a agenda econômica do país e da região. A questão do transporte passou a ser enfrentada a partir de 1878, com a assinatura do Decreto nº. 6918, por D. Pedro II, abrindo um crédito para o pagamento de obras ferroviárias em todo o Brasil,

inclusive a construção de uma linha férrea que ligasse o alto ao baixo rio São Francisco. Em 1868, o engenheiro alemão Karl Krauss é contratado pelo Ministério da Agricultura para a elaboração dos estudos dessa linha férrea, tendo apresentado o projeto um ano depois. Entretanto, as dúvidas e polêmicas iam desde a viabilidade técnica até às desapropriações de terras.

O contexto político em Alagoas não era fácil com a seca de 1878, tendo João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, Ministro dos Transportes, liberado os recursos estabelecidos em decreto para o início da construção da linha férrea ligando a povoação de Piranhas, em Alagoas, à Jatobá (depois Itaparica, hoje Petrolândia), em Pernambuco. Segundo afirma Bonfim (2001: 11) seriam dois os objetivos de construção dessa estrada: o de ligar comercial e socialmente o alto ao baixo rio São Francisco e aproveitar os braços de milhares de retirantes da seca.

Ainda no ano de 1878 é criada uma Comissão de Engenharia coordenada pelo engenheiro alemão Reinaldo Von Kruger, para a exploração do terreno e acompanhamento da construção da linha. O estudo definitivo foi aprovado pelo Decreto nº 7.323, de 1879, tendo ficado ao encargo do engenheiro Jean Guillaume Monthier, e posteriormente do engenheiro Hipólito Velloso Pedernieras, o assentamento da linha permanente.

O empenho desses engenheiros propiciou, em 25 de fevereiro de 1881, a abertura ao tráfego dos primeiros 28 quilômetros de linha férrea, e em 10 de julho de 1882 foram entregues outros 54 quilômetros, juntamente as estações de Olho d'Água, Piranhas, Pedra e do Talhado. Em cinco anos, a Estrada de Ferro Paulo Afonso foi construída, cortando o sertão de Alagoas, com um percurso de 116 quilômetros. O traçado da linha férrea foi projetado para correr na direção noroeste, com oito estações e diversas obras de artes. O trajeto da linha iniciava-se na cidade de Piranhas, continuava em direção ao planalto até o Km 4, em Nova Olinda e terminava na cidade de Jatobá, em Pernambuco.

A estrada de ferro foi considerada "símbolo de integração", mas não pode deixar de ser considerada como um patrimônio cultural da engenharia nacional, apesar da participação de diversos engenheiros estrangeiros. A participação dos mesmos apenas reforça o quanto, a partir da transposição de saber, pôde a engenharia no Brasil se consolidar no século XIX.

As colocações de Estevão Pinto (1949) convergem para as de Bonfim (2001), ao colocar as várias críticas ao projeto relativas à definição do percurso: "... esqueceu-se do princípio econômico e ao mesmo tempo estético (...)" procurando unicamente encurtar distâncias, levou-o por uma zona desabitada, pedregosa e estéril... (Pinto, 1949: 18).

Paralelamente à estrada de ferro, a navegação também foi incrementada nessa região. Entre março de 1881 e fevereiro do ano seguinte, os vapores Sinimbú e Maceió, da Royal Mail Steam Packet Co., conduziram ao porto de Piranhas 52 passageiros europeus, 18 de Pernambuco e 11 vindos dos portos do Sul. E, de maio a dezembro de 1879, o vapor Sinimbú, com capacidade para 100 toneladas e 400 passageiros, fez 34 viagens de Penedo a Piranhas, conduzindo 894 pessoas.

Em janeiro de 1901, pelo Decreto nº 4.111, junto com outras ferrovias nordestinas, a Estrada de Ferro Paulo Afonso passou a ter o controle acionário da *The Great Western of Brazil Railway Company Limited*, voltando a pertencer à União sob a denominação de Rede Ferroviária do Nordeste na década de 1950. Em 1964, pela resolução federal nº 29, essa rede foi desativada, depois de ter aberto fronteiras, interligado cidades e povoados isolados do sertão nordestino e estimulado o comércio e a agricultura.

Com a desativação da ferrovia e de seu parque ferroviário, ocorreu o abandonado e a dilapidação das construções. Pouco resta dos mesmos e, quando ainda existente, estão em precário estado de conservação. Entretanto, os artefatos remanescentes dessa obra constituem um dos principais acervos de bens patrimoniais da região. Dentre os bens desse acervo, cabe ressaltar: o espetacular conjunto de edificações ferroviárias de Piranhas, a estação e a caixa d'água em Olho d'Água do Casado; a estação e o maquinaria de Delmiro Gouveia e, principalmente, as obras de arte, como a ponte do Moxotó, que é considerada por Estevão Pinto como uma das mais significativas.

A exploração do potencial energético de Paulo Afonso, por sua vez, tem o primeiro passo dado em 1890, quando foi dada a 1ª concessão pelo Decreto nº. 1.113, porém não foi realizada.

A primeira efetiva exploração se deu a partir do acordo realizado entre o Governo do Estado de Alagoas com o empresário Delmiro Gouveia, segundo o Decreto nº. 520, de 1911, seguido da construção da usina colocada em funcionamento em 1913, na escarpa alagoana do *canyon* do São Francisco. Esse fato histórico marca, paralelamente ao da Estrada de Ferro de Paulo Afonso, a transformação da natureza excêntrica e de magnitude proclamada por artistas, memorialistas, engenheiros e governantes.

Provavelmente, Delmiro Gouveia teve conhecimento dos estudos geotécnicos, geomorfológicos e de engenharia produzidos até então, pois a escolha da localização do parque energético de Angiquinho, ao lado da cachoeira de Paulo Afonso, expressa não só agudeza técnica como a sua sensibilidade artística. Desse modo, a transformação da paisagem foi enriquecida pela façanha da construção da Usina, tornando-se uma paisagem histórico cultural (Imagem 2).

Imagem 2: Cachoeira de Paulo Afonso e Usina Angiquinho
Fonte: Centro de Documentação/ CHESF

Sabe-se que a construção dessa Usina foi impulsionada pelas necessidades de energia elétrica para o funcionamento da Fábrica de Linhas Estrela, localizada na povoação de Pedra, atual cidade Delmiro Gouveia, distante cerca de 30 quilômetros da cachoeira de Paulo Afonso.

O conjunto da Usina compõe-se de uma casa de força, com três unidades geradoras, uma casa de máquinas, uma ferramentaria, uma seccionadora, uma subestação elevadora, quatro depósitos e oito unidades residenciais. O acesso à casa de máquinas é obtido por meio de conjuntos de escadas encravadas na escarpa da rocha no *canyon*. Para fazer o transporte de operários, engenheiros, e de materiais de construção e

equipamentos, foi construída uma estrada férrea, permitindo o trajeto sobre uma área pedregosa, coberta pela água nos períodos de enchente do rio, assim como de um bonde ligando as duas margens do *canyon*.

Após a conclusão dessa Usina, pretendeu Delmiro Gouveia ampliar a produção com a construção de uma outra nas proximidades da Furna dos Morcegos, tendo iniciado duas construções e adquirido parte da maquinaria. O projeto de engenharia teria sido realizado pelo escritório londrino de W.R. Bland & Co. (Rocha, 1970: 132), sendo a maquinaria hidráulica e elétrica de procedência alemã e suíça.

Para a realização dessas obras de engenharia, Delmiro Gouveia contou com engenheiros estrangeiros. Assim, quem assumiu os riscos da obra e dirigiu os trabalhos de instalação da Usina foi o engenheiro italiano Luigi Borella, chegado da Europa em janeiro de 1912.

A Delmiro Gouveia são conferidos méritos de ter instalado a energia elétrica e a indústria. Enfim, teria ele promovido uma obra não só de engenharia ou um empreendimento econômico, mas principalmente um projeto social de desenvolvimento do sertão alagoano. Mais do que o núcleo operário de Pedra, a Usina Hidrelétrica de Angiquinho revela a apropriação da noção de monumentalidade por Delmiro Gouveia de experiências realizadas.

A Usina de Angiquinho hoje mantém o acervo de suas edificações, praticamente intacto, com perda de, somente, parte da maquinaria. A concepção do projeto estético de Delmiro Gouveia harmoniza a natureza excêntrica com as rochas, o *canyon*, o rio São Francisco e a caatinga alagoana. Essa forma harmoniosa de ocupação do sítio com as edificações da Usina permanece, felizmente, a mesma do momento do início de sua operação, formando uma das paisagens histórico-culturais mais representativas dos primórdios da industrialização do país.

A Formação da Paisagem da Cidade de Pedra – Delmiro Gouveia

A povoação de Pedra teve essa denominação associada à existência de grandes rochas junto à estação da Estrada de Ferro Paulo Afonso. Em virtude dessa estação, da proximidade das cachoeiras de Paulo Afonso e da relação de amizade de Delmiro Gouveia com políticos de Água Branca, essa povoação é escolhida por ele para assentar uma fábrica de linhas, dando início à industrialização do sertão alagoano. Desse modo, mais uma vez a natureza excêntrica era transformada para ser adequada às atividades humanas.

Em 1903, Delmiro Gouveia chegou ao povoado, vindo do Recife onde comercializava couros e peles animais. Entretanto, segundo relata Alencar (1965), a fixação de Delmiro em determinada cidade não foi imediata, mas suas preferências recaíram em Pedra. Um simples distrito de Água Branca, ponto perdido no sertão, que não ia além das seis casas de residência e da estação da estrada de ferro, inexpressiva como aglomerado social e econômico, um triste lugar, como assinalaria as palavras do poeta Raimundo Pelada.

Desse modo, Delmiro Gouveia instalou-se, iniciou vida nova em Pedra e dedicou-se ao comércio de peles com o qual já tinha experiência, logo prosperando. Ele percebeu que a povoação de Pedra apresentava boa localização para o embarque dessas mercadorias para Piranhas e dali para os portos de exportação, especialmente os do Recife.

A incipiente povoação começa a crescer com a implantação de edifícios e infra-estrutura. De acordo com Mello (1993), foi criado um armazém de peles ao lado da estação de trem, um posto de telégrafo para o despacho de mercadorias sem tardança, além de casas de morada amplas e confortáveis, fazendas e estábulos. Também foi resolvido o problema de captação e abastecimento de água, inicialmente com o uso da via férrea e, em momento seguinte, com um açude que faz construir, chegando por fim à situação de completa fartura, mediante a adução elétrica das águas do São Francisco.

Percebeu ainda Delmiro Gouveia o potencial econômico dessa povoação para o beneficiamento do algodão e a produção de tecidos. Em 1913, Delmiro instalou uma fábrica de linhas de algodão, associada a um núcleo operário. Para a implantação desse empreendimento, ele já tinha construído a Usina Hidrelétrica de Angiquinho, viabilizando o funcionamento da fábrica e da vila operária com a utilização de eletricidade e água canalizada.

Após a organização da empresa, Delmiro Gouveia viajou para Londres, a fim de fazer a aquisição das máquinas e do material necessário à montagem da fábrica de linhas, as quais chegaram poucos meses após seu regresso, juntamente com os materiais, equipamentos e maquinaria da Usina de Angiquinho.

Com a implantação da fábrica, foi iniciada a construção do núcleo operário, em 1912, o qual contava com casas de porta e janela, conjugadas, construídas em alvenaria de tijolos, cobertas com telhas, rebocadas, caiadas, sendo as portas pintadas de cores claras, além de um longo alpendre.

O desenho do núcleo não seguiu um traçado ortogonal. A intenção era criar grandes vazios, ou seja, ruas largas e arborizadas, priorizando a legibilidade da paisagem para a organização dos espaços públicos, onde existiam equipamentos de recreação. Essa distribuição respeitava a topografia, localizando as casas nos terrenos mais altos, algumas com jardins, e os quintais e pátios nos mais baixos, onde também ficariam os chafarizes, as lavanderias e os banheiros públicos, além de equipamentos de lazer.

A fábrica dominava o núcleo, com escadarias em direção à praça. O espalhamento das ruas a partir da praça responde às intenções de criar uma correspondência entre o espaço de localização da fábrica e o entorno habitado, procurando um equilíbrio paisagístico proporcionado pelo plantio de vegetação e corredores de ventilação.

Esse empreendimento de Delmiro é até hoje avocado pelo pioneirismo da concepção presente e mereceu registro nas palavras de Marroquim (2000: 191):

> Todo esse progresso é única, exclusivamente devido á capacidade de trabalho do saudoso Delmiro Gouveia, que transformou a caatinga em nucleo industrial, povoado, aproveitando a aptidão esquecida, mas intelligente e productiva dos abandonados habitantes do sertão os quaes ao inesquecido brasileiro devem o trabalho, o conforto, a conquista de civilização, os preceitos de hygiene, as regras de asseio que despertam, em todos os que visitam essa afastada paragem, a mais justa e surprehendente admiração.

Imagem 3: Antigo Núcleo Operário
Fonte: Acervo da Pesquisa, 2006

A atual cidade de Delmiro Gouveia mantém muito da conformação urbana concebida e construída por esse industrial (imagem 3). Marca a cidade a estrutura do núcleo urbano: a malha viária, a repartição do solo e as tipologias construtivas, a fábrica, a igreja, a praça e o açude, além das edificações respectivas para o mercado de peles, o curtume e a estação de trem. O grande espaço da praça hoje fica limitado pela via principal de acesso e pelo muro da fábrica, mas guarda a relação de espacialidade paisagística de uma vila operária. Entretanto, a descaracterização que esse conjunto sofreu foi muito grande, especialmente quanto aos fatores morfológicos e de unidade estética que tanto caracterizaram esse núcleo de Pedra no seu início. No entanto, a conservação e a valorização desses elementos constituem um patrimônio, não só da sociedade alagoana como também da brasileira.

A Formação da Paisagem da Cidade de Água Branca

A cidade de Água Branca foi edificada nos flancos da Serra de Água Branca, contornando os riachos Salgadinho e Bodoque. É a segunda cidade mais alta de Alagoas, situando-se entre 550 e 750 metros acima do nível do mar. Apresenta características de uma região de brejo, inclusive pela presença de olhos d'água ou fontes naturais, como a do Maneco, do Céu e do Dedinho, solo fértil e clima seco, frio no inverso e quente no verão, ou seja, um clima serrano (Imagem 4).

Imagem 4: Cidade de Água Branca
Fonte: Acervo da Pesquisa, 2006

A densidade da ocupação humana na serra de Água Branca foi muito maior que a do restante do território, levando à formação de um aglomerado urbano de relativo porte já no início do século XIX, com a presença de um grande número de fazendas e sítios na zona rural. A primeira capela que deu origem à atual igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída em 1770, pelo major Francisco Casado de Melo e serviu de referência para a estrutura urbana que viria a formar-se. Em 1875, o povoado foi emancipado politicamente, tornando-se uma vila e sede do Município de Água Branca, vindo a ser elevado à categoria de cidade em 1919 (IBGE, 1959: 19 e Feitosa, 2004: 6).

A ocupação urbana de Água Branca esteve, até meados do século XX, associada à dinâmica da economia local de base agrícola e como centro comercial e de serviços para a população da área. O repetido desmembramento do município, ocorrido em um século foi, decorrente do surgimento de processos de desenvolvimento econômico localizados em distritos e povoados, que tiveram origens e dinâmicas de transformação desatreladas à trajetória de Água Branca.

A atual estrutura urbana de Água Branca reflete o apogeu econômico alcançado no final do século XIX. Apresenta uma morfologia urbana de desenho irregular, orientado a partir da implantação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no sentido norte-sul, em um patamar do sítio de relevo acidentado e entre serras. Desse modo, a igreja representa o ponto focal que origina os arruados de residências e comércio, ao lado de canteiros arborizados, recantos e mirantes. Entre esses pequenos espaços livres, encontra-se uma pequena praça-mirante ao lado da igreja, que, pela sua localização em nível elevado e dispondo de guarda-corpo decorado, exerce papel preponderante de referência histórica e de orientação.

A praça da matriz, centro histórico da cidade, de formato retangular, é formada por um casario de grande porte e pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1871 pelo mesmo Barão de Água Branca.

O crescimento urbano da cidade se fez obedecendo às três direções definidas a partir da localização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Nos anos de 1770, ela era a entrada da povoação e, no século XVIII, com a edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ambas passaram a definir o core da estrutura de urbanização da cidade.

Água Branca possui ainda um acervo patrimonial representativo da ocupação rural, especialmente de fazendas e sítios, para a produção de alimentos. Nesse conjunto, as fazendas da Cobra e de São Francisco de Assis são de particular interesse, por mostrarem valores de representatividade de um período histórico, econômico local (processamento de algodão e engenho de açúcar) e estético, pela fusão de uma arquitetura rural com elementos urbanos mais modernos.

Considerações finais

Este breve incurso sobre quatro lugares interligados por uma só natureza procurou revelar as dimensões que marcam a paisagem cultural desta porção do Rio São Francisco, que dá vida ao sertão alagoano. A dimensão histórica permeia e interliga entre si os quatro fatos relatados, em uma seqüência de narrativas que tematizam essencialmente sobre o processo de transformação desta natureza, marcada ora pela percepção sua expressão primitiva, ora pelos diálogos que o homem estabelece com ela. A dimensão morfológica congrega os diferentes modos pelo quais esta natureza foi modificada, atendendo às diferentes necessidades que se colocaram por cinco séculos. Os

resultados, por sua vez, demonstram através de suas formas moldadas, sejam elas naturais ou construídas, as distintas soluções encontradas para o estabelecimento e a manutenção das ocupações nos lugares. A dimensão estética, possivelmente a mais sensível destas três abordadas, caracteriza a arte de intervir de forma integrada à história do lugar e à morfologia do sítio seja na Estrada de Ferro de Paulo Afonso, na Usina Hidrelétrica de Angiquinho e núcleo operário da fábrica Estrela em Pedra (Delmiro Gouveia) e na cidade de Água Branca. Cada um destes fatos, compreendidos a partir das dimensões referenciadas, expressam através do percurso temporal, de formas e da beleza, a natureza específica deste lugar, trazendo à tona a riqueza da identidade e da memória de uma paisagem cultural ainda tão pouco reconhecida e explorada.

Referências

ALENCAR, J.C. **A Glória de Um Pioneiro, A Vida de Delmiro Gouveia**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1961.

BARBOSA, B.; FERRAZ, S. **Sertão um espaço construído**. In: Ensaios de História Regional Rio São Francisco, Brasil. Centro de Estúdios Brasileños, Universidad de Salamanca, Europa Artes Gráficas, S. A., 2005.

BONFIM, L. R. F. A. **Estrada de Ferro Paulo Afonso, 1882-1964**. Paulo Afonso: Serviços Gráficos e Técnicos, 2001.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1957.

DOM PEDRO II. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil**. Bahia: UFBA, 1959.

FEITOSA, E. A. **Água Branca: Cidade Histórica do Sertão Alagoano**. Água Branca: Mimeo, 2004.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1963.

HALFELD, H. G. F. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de São Francisco desde a Cachoeira da Piaba até ao Oceano Atlântico, 1852-1854.** Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Volume XIX**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Catavento, 2000.

MARROQUIM, A. **Terra das Alagoas**. Roma Editori Maglione & Strini. Succ. E.esches 1922. Edição Fac-Similar. Brasil: 2000.

MELLO, F. P. **Delmiro Gouveia: Desenvolvimento com Impulso de Preservação Ambiental**. Recife: Massangana, 1993.

PINTO, E. **História de uma Estrada-de-ferro do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Oympio, 1949.

REI, R. R. A. **Paulo Afonso e o Sertão Baiano: sua Geografia e seu Povo**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

REVISTA CONTINENTE DOCUMENTO. Ano I - N° 11 – Recife/ PE, 2003. **Os 140 anos de Delmiro Gouveia**.

ROCHA, T. **Delmiro Gouveia, O Pioneiro de Paulo Afonso**. Recife: UFPE, 1970.

SOBRINHO, V. **As regiões naturais do Nordeste: o meio e a civilização**. Recife: Condepe, 1970.